

DAS CORRENTES DE FERRO AOS GRILHÕES DE OURO: O TRABALHO PELA DIMENSÃO DA LIBERDADE

FROM CHAINS OF IRON TO GOLDEN SHACKLES: LABOR THROUGH THE DIMENSION OF FREEDOM

Luis Antonio Baptista*

RESUMO

O presente artigo se origina a partir de uma sistematização bibliográfica e procura resgatar, mesmo que minimamente, a historicidade da questão “trabalho” bem como essa atividade humana desenvolveu-se e organizou-se nas diferentes sociedades, da primitiva até a era da mundialização do capital. Na sequência, levantam-se algumas concepções de liberdade. Em seguida, e dentro dos objetivos deste artigo, faz-se uma correlação entre trabalho e liberdade, para evidenciar, que na atualidade, mesmo na aparência delineada pela ostentação de status e poder, aqui simbolizada pelos “grilhões de ouro”, o homem é mais escravo e prisioneiro como nunca antes fora, mudando apenas sua forma, que agora se apresenta muito mais perversa.

Palavras-chave: Trabalho. Liberdade. Sociedade.

ABSTRACT

This articles origins from a bibliographic systematization and seeks to rescue, even minimally, the historicity of the issue "labor" as well as how this human activity has been developed and originated in different societies, from the primitive to the era of globalization of capital. Subsequently, it raises some freedom conceptions. Then and within the scope of this article, a correlation between labor and freedom, to highlight, that even nowadays, even in the appearance outlined by the display of status and power, hereby symbolized by "the shackles of gold", man, is more slave and prisoner as never before, only changing its form, which now appears much more perverse.

Keywords: Labor. Freedom. Society.

Introdução

“[...] amaldiçoada será a terra por tua causa.
Com fadiga tirarás dela o alimento durante toda a vida.
Produzirá para ti espinhos e abrolhos
e tu comerás das ervas do campo.
Comerás o pão com o suor de teu rosto,

* Doutor em Ciências Sociais; Mestre em Economia Política; Especialista em Economia de Empresas e Bacharel em Economia e Administração. labapti@gmail.com

até voltares à terra, donde foste tirado.
Tu és pó e ao pó hás de voltar.”¹
Assim, finaliza o Senhor, após impingir a Adão e Eva,
uma série de admoestações e aflições,
por terem comido o fruto da árvore proibida.

TRABALHO

As atividades produtivas nas “primeiras sociedades”²

As atividades produtivas nas sociedades tribais, hoje entendidas como trabalho, não tem valor separado da parte social, tais como os ritos e mitos, o sistema de parentesco, as festas e artes, entre outras, ou seja, a sua análise implica numa necessidade de se estudar toda a vida social, econômica, política e religiosa destas sociedades.

As atividades tribais possuíam, e algumas ainda possuem uma organização do trabalho em geral baseada na divisão por sexo³, em que homens e mulheres desempenhavam atividades e tarefas diferentes. Marshall Sahlins⁴, antropólogo norte-americano, chama essas sociedades de “sociedades do lazer”, ou as primeiras “sociedades de abundância”, pois ao analisá-las percebeu não só que elas tinham todas as suas necessidades materiais e sociais plenamente satisfeitas como e, além disso, tinham um mínimo de horas de atividades diárias vinculadas à produção. Cerca de três ou quatro horas e nem sempre todos os dias.

No entanto, segundo Freyssenet,

[...] em certas sociedades o termo e a noção de trabalho estão ausentes. Em outras estão estilhaçadas entre várias palavras e realidade, ou estão deslocados em relação ao que nós convencionamos chamar trabalho, ou ainda não fazem objeto de nenhuma valorização ou desvalorização. Em outras palavras os contrários do trabalho não são nem repouso, nem o lazer.⁵

A explicação para o menor tempo dedicado ao trabalho, está no fato de como se relacionavam com a natureza, muito diferente de como nos relacionamos atualmente. A

¹ Bíblia Sagrada ‘O Antigo e o Novo Testamento. Gênesis. 3.17-19’. Novo Brasil Editorial Ltda. SP

² Neste trabalho, referimo-nos às “primeiras sociedades”, como síntese das sociedades tribal, grego-romanas e feudal, estruturado no livro organizado por Nelson Tomazi. *Introdução à Sociologia* (1994)

³ Ver Castro E. *Do Castanhal à Fábrica: divisão sexual do trabalho e persistência de padrões tecnológicos numa sociedade em mudança*. São Paulo: Mimeo, 1988.

⁴ SAHLINGS apud TOMAZI, 1994.

⁵ FREYSSENET, 1994.

terra é, além do lugar onde se vive, um valor cultural, pois é ela que dá aos homens os alimentos necessários à sua reprodução.

O “mundo do trabalho” entre as sociedades tribais é, pois, algo que tem relação com todos os elementos de sua sociedade e com todo o meio ambiente em que vivem. O aspecto mais importante das comunidades tribais é o sentido de unidade existente no cotidiano dessas sociedades. Segundo o antropólogo francês Pierre Clastres⁶,

[...] quando nessas sociedades, aquilo que chamamos de ‘econômico’ se torna uma área definida e autônoma, ou seja, quando a atividade produtiva se transforma em trabalho desligado das outras esferas da vida e, portanto, alienado, contabilizado e imposto por aqueles que querem aproveitar-se do fruto desse trabalho, é sinal de que essas sociedades tornaram-se divididas entre dominantes e dominadas e, portanto, completamente descaracterizadas.

A escravidão⁷ surge da desagregação da primitiva sociedade tribal, quando eram feitos prisioneiros de guerra. No Egito Antigo, na África Negra e nos impérios orientais prevaleceu a escravidão doméstica, pois raramente o escravo era empregado em trabalhos produtivos. Foi na Grécia e em Roma que surgiram as primeiras economias escravistas: os escravos eram empregados em trabalhos domésticos, artesanato, mineração, agricultura e navegação. Entretanto, na **sociedade greco-romana**, fazia-se uma distinção clara entre o trabalho braçal de quem labutava a terra, o trabalho manual do artesão e aquela atividade do cidadão que discute e procura, através do debate, resolver o problema da sociedade.

Para compreender melhor a posição dos gregos, que de uma maneira muito semelhante, é também dos romanos, é necessário que se entenda a questão da escravidão dentro dessas sociedades. A condição do escravo variava muito, pois não só existia o escravo que trabalhava a terra nas mais terríveis condições, mas também aquele incumbido de administrar e gerenciar todos os negócios de seu senhor e amo.

Nessas sociedades, ser escravo era “não” ter a propriedade de seu próprio corpo, muito menos ser dono de seu trabalho. Em sua forma plena, a condição de escravo é perpétua e hereditária, isto é, transmissível aos descendentes do cativo. O escravo

⁶ CLASTRES apud TOMAZI, 1994.

⁷ Durante a Idade Média a escravidão permaneceu apenas como elemento residual raro. Mas durante a reconquista cristã da península ibérica (séculos XIII-XV) ela recrudescer com o aprisionamento de guerreiros muçulmanos. Depois com a colonização europeia do continente americano, a escravidão voltou a ser amplamente praticada: foram escravizados milhões de indígenas e cerca de 15 milhões de negros africanos foram trazidos como escravos para trabalhar nas minas e plantações do Novo Mundo. A escravidão negra em terras americanas estendeu-se do século XVI ao XIX, sendo Cuba (1880) e Brasil (1888) os últimos países a decretarem definitivamente a sua extinção.

constitui assim, uma mercadoria, podendo ser, portanto, um objeto de compra e venda, herança, doação, aluguel, hipoteca e sequestro judicial.

Para a maioria dos escravos, a finalidade precípua de suas vidas era se tornarem livres mesmo que isso não lhes desse a condição de cidadãos, uma vez que só o seriam se tivessem bens e propriedades.

É importante registrar que, nessa sociedade, existia uma classe de ricos e notáveis senhores que viviam de rendas e eram desobrigados de quaisquer atividades, razão pela qual, a escravidão nessas sociedades era fundamental, pois, era o trabalho escravo que dava a eles o suporte material.

Com a desintegração do Império Romano e a decadência do modo de produção escravista, há uma transformação nas relações de trabalho, ao longo de alguns séculos, mas não muito radical, que resultou na estruturação das **sociedades feudais**, com características próprias e predominantes de um novo sistema, e atinge seu apogeu entre os séculos XI e XIV.

O feudalismo era uma organização social e econômica típica da Idade Média europeia, caracterizada pelo sistema de grandes propriedades territoriais isoladas (feudo) pertencentes à nobreza e ao clero e trabalhadas pelos camponeses e servos da gleba numa economia de subsistência. O sistema era organizado segundo uma extensa e intrincada hierarquia de feudos.

A terra, o principal meio de produção – uma vez que se tem uma economia fundamentalmente agrícola – e a única fonte do poder, era recebida pelo senhor, em caráter hereditário. O senhor beneficiário da doação de um feudo tornava-se vassalo do doador (suserano), qualquer que fosse o título nobiliárquico deste (rei, duque, conde, visconde, etc.) ficando ambos ligados por laços de lealdade e ajuda mútua. A propriedade da terra não era plena. O senhor que a recebia em doação não podia vendê-la e a propriedade era herdada pelo filho primogênito.

Essa estrutura de relações de vassalagem tornava o poder muito descentralizado. Na prática, os próprios reis eram senhores feudais com domínios limitados. Em cada feudo o senhor fazia as leis, administrava a justiça, cunhava moedas, cobrava impostos dos mercadores que transitavam por suas terras e estipulava o tributo que os camponeses livres e os servos tinham que pagar. Cada feudo era economicamente autossuficiente. Nele eram produzidos os alimentos necessários aos servos e ao nobre, bem como roupas, instrumentos de trabalho e armas.

Os trabalhadores, por sua vez, tinham direito ao usufruto e à ocupação da terra, mas nunca sua propriedade. Da combinação dessas relações, podem-se destacar as relações pessoais de direitos e deveres de senhores e seus servos. A produção nesse sistema tinha como base o trabalho na terra.

Os servos, além de trabalharem nas suas terras eram obrigados a trabalhar nas terras do senhor. Essa obrigação chamava-se “corvéia”. A “talha” era uma taxa que se pagava sobre tudo o que se produzia na terra e atingia todas as categorias dependentes. As “banalidades” eram pagas pelos servos e camponeses, pelo uso do moinho, do forno, dos tonéis de cerveja e pelo fato de, simplesmente, residirem na aldeia. Também os habitantes da cidade (burgo) tinham de pagar uma taxa ao senhor de terras em que se localizavam.

Apesar de o trabalho sobre a terra ser preponderante na sociedade feudal, isso não significa que outras formas de trabalho não existissem. O artesanato e sua organização foi uma dessas atividades que se desenvolveram nas cidades.

Esse sistema se manteve durante séculos, sem contradições e conflitos. Para se entender como foi possível essa situação se sustentar por tanto tempo, é necessário que se entenda que a sociedade feudal, em termos gerais, se caracteriza pela solidariedade entre as famílias senhoriais, pelo cumprimento irrestrito de compromissos, juramentos e, também, pela presença da Igreja, sancionando esses compromissos e definindo claramente o lugar das classes servis, nessa sociedade⁸.

Mas, não permaneceria sempre assim. A fome, a Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos, mataram cerca de 40% do total da população europeia. Além disso, seu declínio deveu-se também à conjugação dos desenvolvimentos comerciais e artesanais nas cidades (atividades cerceadas pelo isolamento mútuo dos feudos), com a ampliação do poder monárquico, que aos poucos foi abolindo o particularismo feudal e estendendo as fronteiras para o comércio. A servidão da gleba foi suprimida em quase toda a Europa entre os séculos XIII e XV, mas os camponeses continuaram sujeitos a vários encargos feudais, que só seriam definitivamente extintos com as revoltas camponesas contra a exploração que a cada dia se tornava mais aguda e nas sucessivas revoluções burguesas, que implantariam a ordem capitalista, no Velho Continente.

⁸ O feudalismo também existiu no Japão até a segunda metade do século XIX e em vários países do norte da África e do mundo árabe até o século XX. Na Rússia, os servos só foram libertados em 1861. Na Espanha e em Portugal, não houve feudos, mas a ordenação social e as relações de produção feudais permaneceram na península até meados do século XIX, quando foram eliminadas pelas revoluções liberais.

Trabalho na sociedade capitalista

Com a desagregação da estrutura feudal, surgem os primeiros sinais da constituição e desenvolvimento, lento, mas permanente, de um novo modo de produção e, conseqüentemente, de uma nova relação de trabalho. Ao se afirmar que o trabalho se transforma em força de trabalho quando se torna uma mercadoria, que pode ser comprada ou vendida, traz consigo vários fatores que ocorreram para que houvesse essa transformação.

De um lado, os fatores mais significativos são o cercamento de terras e a expropriação dos camponeses, que permitiram a disponibilização de muita matéria-prima e ao mesmo tempo de um exército de pessoas “despossuídas”, com somente a força de trabalho para vender. De outro, encontravam-se o tráfico de escravos africanos, as conquistas e as pilhagens, principalmente do ouro e da prata nas Américas, e a exploração das colônias, assim como a guerra comercial que se travava entre as diversas nações europeias mediante as tributações e o protecionismo alfandegários.

O processo resultante da conjugação de todos esses fatores passou a ser conhecido como a acumulação primitiva do capital. Em Marx, “a assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção”⁹, caracterizando o trabalho alienado.

Trabalho este em que o produtor não é o proprietário do mesmo, nem dos produtos por ele criados, pois estes são apropriados pelo capitalista, senhor dos meios de produção e, momentaneamente, proprietário da própria força de trabalho do operário. Nessas condições, o produto do trabalho aparece ao sujeito da criação – o trabalhador – como algo estranho, uma força independente dele, na qual ele não se reconhece. Por isso o trabalho assume o caráter de algo forçado, que constitui apenas um meio de o assalariado ganhar sua sobrevivência.

O tema, um dos pontos centrais e mais polêmicos do marxismo, já fora abordado antes de Marx. Tanto Hegel como Feuerbach dá ao assunto um tratamento antropológico: o trabalho alienado é visto como uma condição da natureza humana, pois ao produzir, ao relacionar-se com a Natureza, o homem se exterioriza, aliena sua essência – o trabalho – através das coisas por ele criadas.

⁹ MARX, 1985.

Essa visão também é compartilhada em muitas passagens dos escritos do jovem Marx, dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* de 1844 à *Ideologia Alemã*, para voltar recriada em *O Capital*, na teoria do fetichismo da mercadoria¹⁰. Para Marx, o trabalho alienado está presente em todas as formas assumidas historicamente pelas sociedades de classe: escravismo, feudalismo, atingindo seu auge no capitalismo. Ao mesmo tempo em que define o trabalho alienado como algo socialmente determinado, e não como algo inerente à natureza humana (*Ideologia Alemã*), Marx aponta os caminhos para a sua superação.

Para ele a base do trabalho alienado localiza-se na propriedade privada, resultado, meio e produto da alienação. Essa se amplia ilimitadamente no capitalismo, atingindo todos os indivíduos, todas as relações sociais, mediadas pela mercadoria. O trabalho alienado nessas condições se dá em decorrência da venda da força de trabalho pelo assalariado, pela apropriação do produto do trabalho pelo empresário, que ao definir e organizar o trabalho a ser feito pelo operário retira do homem trabalhador a própria capacidade de projetar seu ato criador, uma das características essenciais que diferencia o homem do animal.

A superação do trabalho alienado para Marx não está apenas na tomada de consciência dessa situação, mas no ato transformador das condições históricas que o engendraram, no caso a sociedade baseada na propriedade privada.

Numa sociedade em que se pretende igualitária, onde impere a propriedade coletiva dos meios de produção e a gestão da economia pelo conjunto dos produtores, o trabalho alienado perderia sua base de existência. Nessas condições o homem se reencontraria com sua essência e orientaria seu trabalho criador.

¹⁰ Conceito da economia marxista, segundo o qual nas condições da produção mercantil baseada na propriedade privada dos meios de produção desenvolve-se a ilusão ou representação ideológica de que as mercadorias são dotadas de propriedades inatas, forças extra-humanas que terminam por influir no destino das pessoas. Trata-se, portanto, de algo análogo ao fetichismo religioso do selvagem que diviniza os objetos por eles mesmos produzidos. Segundo Marx, esse fenômeno ocorre porque, numa sociedade em que a divisão social do trabalho alcançou grande complexidade e na qual os produtores (trabalhadores) não tem nenhum controle sobre o produto de seu trabalho, os vínculos entre os indivíduos e entre os grupos sociais aparecem sob a forma de troca de coisas-mercadorias e não claramente como relações sociais entre classes. Nesse contexto, as mercadorias não se apresentam como resultado do trabalho humano apropriado pelo capitalista, mas como coisas dotadas de vida própria, sujeitas às oscilações das leis da oferta e da procura. A relação entre objetos, coisas, mercadorias mascaram as relações sociais, as formas de propriedade, a alienação real que existe entre o trabalhador e os objetos por ele criados. O fetichismo da mercadoria revela-se com maior intensidade no dinheiro, que se apresenta nas relações sociais, dotada de uma força sobrenatural que proporciona poder aos seus possuidores. Supõe-se que a capacidade de tudo poder comprar é uma propriedade natural da moeda, do ouro, quando na realidade essa força estranha é determinada não pelo dinheiro em si (ele também é uma mercadoria), mas pelas relações sociais entre produtores de mercadorias.

Diante ainda, da questão relativa à acumulação primitiva, têm-se que esses primeiros comerciantes/industriais, que tinham acumulado riquezas, começaram a aplicar o seu capital. Para isso, financiaram e organizaram a produção de mercadorias através da coordenação do processo de trabalho dos artesãos. Entretanto, quem definia o que e quanto produzir era o dono do capital, isto é, aquele que financiava a produção.

A cooperação simples é o processo no qual os trabalhadores ainda mantêm a hierarquia da produção artesanal. Esse tipo de articulação da força de trabalho abre caminho para novas formas de produção que começam a se definir como trabalho coletivo. A manufatura ou a cooperação avançada é a segunda forma de organizar a força de trabalho antes da forma especificamente capitalista.

O trabalho artesanal na manufatura continua sendo a base, mas só que agora reorganizado e decomposto através da fragmentação de suas tarefas, definindo assim uma nova divisão do trabalho. No entanto, se houve transformações na própria forma de produzir mercadorias, alterando a divisão social do trabalho e toda a estrutura da produção, houve também transformações na concepção do trabalho, ou seja, mudou-se a maneira de pensar do ato de trabalhar.

A especialização do trabalhador numa tarefa específica, a repetição contínua da mesma e a busca da minimização dos esforços para executá-la, leva a um contínuo aperfeiçoamento dessas operações, a um conseqüente aprimoramento e especialização dos próprios instrumentos de trabalho levando a um constante aumento na capacidade produtiva do trabalhador parcial, com significativos reflexos na produtividade geral.

A Reforma Protestante desenvolveu toda uma análise que alteraria o pensamento cristão sobre o trabalho. Nessa nova visão o trabalho aparece como fundamento de toda a vida, constituindo uma virtude e um dos caminhos para a salvação. E, ao se trabalhar arduamente, poder-se-ia chegar ao êxito na vida material, o que é expressão das bênçãos divinas sobre os homens¹¹. A concepção protestante em relação ao trabalho vai servir muito bem à burguesia comercial e depois à industrial, que precisava de trabalhadores dedicados, sóbrios e dóceis em relação às condições de trabalho e aos baixos salários.

A cooperação simples e a avançada (manufatura) formam, então, os dois momentos anteriores que possibilitaram a emergência de um novo modelo de se produzir, ou seja, a produção de mercadorias por meio de máquinas reunidas num mesmo local: a fábrica. A mecanização revoluciona o modo de produzir mercadorias,

¹¹ WEBER, 1965.

não só pelo fato de incorporar as habilidades dos trabalhadores, mas também porque os subordinam à máquina.

É um modo de produção de degradação do trabalhador, pois perdem a capacidade de gerir a produção, com perda de autonomia e independência de se trabalhar. Embora a alienação tenha aumentado o trabalhador ainda detém forte controle sobre o processo de trabalho, pois a habilidade manual ainda é a base da produção.

Mas, não desaparecem as outras formas de organização do trabalho, ou seja, trabalho a domicílio, pequenos proprietários. Esse novo modelo de produção, no trabalho fabril, surge só na indústria têxtil de algodão e depois na da têxtil da lã, no século XVIII. O trabalho fabril, portanto, se torna o grande paradigma.

Conforme Freyssenet¹²,

[...] os historiadores e os antropólogos parecem estar, pouco a pouco, de acordo para dizer hoje que o econômico, a produção, o trabalho, como nós os compreendemos em nossas sociedades, são noções e domínios que se constituíram claramente a partir do século XVIII, na Europa, a partir da diferenciação de um mercado capitalista no seio do mercado que o antecedia. Antes o econômico, a produção e o trabalho estavam, dizem eles, embutidos, misturados ao político ou religioso, ou neles fundidos.

É nesse contexto que se pode perceber a existência dos conflitos e das contradições entre trabalho e capital, pois aparece aí, claramente, o processo de exploração do trabalhador. Aparentemente, o que se vê entre capitalistas e trabalhadores é uma relação entre iguais, ou seja, uma relação entre proprietários de mercadorias, que se dá mediante a compra e venda da força de trabalho. Os conflitos entre capitalistas e trabalhadores surgem a partir do momento em que, os segundos, percebem que estão trabalhando mais e que, no entanto, têm cada vez menos.

A análise das questões do trabalho na sociedade capitalista foi desenvolvida por Karl Marx, no século XIX, que procurou analisar a existência de um conflito de classe entre trabalhadores e capitalistas. Entretanto, outro pensador, Émile Durkheim, analisa as relações de trabalho na sociedade capitalista de forma diferente. Para Durkheim, existem dois tipos de solidariedade nessas relações: a mecânica, que deriva da aceitação de um conjunto de crenças e de tradições, e a união de pessoas se faz pelo sentimento comum, solidariedade esta própria das sociedades nas quais a divisão de trabalho era pouco desenvolvida, que neste texto denominou-se de "primeiras sociedades". A

¹² FREYSSENET, 1994.

solidariedade orgânica, pelo contrário, pressupõe não a identidade, mas antes, a diferença entre indivíduos nas suas crenças e ações. O que os une é a interdependência das funções sociais, ou seja, a necessidade que uma pessoa tem da outra, em função da divisão do trabalho existente na sociedade.

Assim, segundo Durkheim¹³,

[...] toda ebulição no final do século XIX não passava de uma questão moral. Os conflitos não tinham nada de anormal; para ele, faltavam instituições integradoras que permitissem que a solidariedade advinda da divisão do trabalho pudesse se expressar, e assim, pôr fim aos conflitos.

Com a consolidação do capitalismo, a acumulação de capital tornou-se a força motriz do sistema capitalista. Adam Smith em seu livro *A riqueza das nações* já admitia a acumulação de capital como condição necessária para a continuidade produtiva do trabalho e prosperidade econômica¹⁴. Para Marx, o capital procura dominar as forças naturais e sempre transformar o processo de produção numa aplicação tecnológica da ciência¹⁵.

Um novo modelo de desenvolvimento, o fordismo, surgiu na indústria automobilística nos EUA e se expandiu, no pós-guerra, para a Europa, apoiando-se na base técnica da 2ª Revolução Industrial do fim do século XIX. Construído a partir das inovações nos campos da eletricidade, da química e da manufatura de precisão e nos métodos de organização do trabalho tayloristas¹⁶, introduziu a esteira rolante automatizada na linha de produção, que permitiu a produção em larga escala de produtos padronizados (em série). Esse modelo implicou no aumento extraordinário da produtividade do trabalho e na redução dos custos unitários de produção¹⁷.

No entanto, essa produção em massa exigia, necessariamente, como contrapartida, o consumo em massa, sob pena da mesma se inviabilizar pelo lado da demanda, conforme evidenciou a crise de 1929. Isto, por sua vez, implicava na necessidade do capital distribuir, com os trabalhadores, os ganhos de produtividade alcançados, através do aumento real dos salários. Desse modo, a inclusão social de grande massa de trabalhadores, ampliando significativamente o mercado consumidor

¹³ DURKHEIM, 1995.

¹⁴ SMITH, 1983.

¹⁵ MARX, 1958.

¹⁶ Os métodos de organização do trabalho tayloristas, constituíam-se na padronização das tarefas, na separação entre planejamento e execução e na grande especialização do trabalho.

¹⁷ DAVID, 1992.

existente, se constituiu numa exigência objetiva do desenvolvimento do capitalismo. Tornou-se um traço marcante e próprio do novo padrão de acumulação, quando se tem em vista, o padrão predominante, nos países desenvolvidos, até antes da Segunda Guerra Mundial¹⁸.

No plano político e social, ainda conforme Filgueiras, essas novas circunstâncias se expressaram através de um pacto social entre capital e trabalho, dirigido pelos partidos sociais-democratas de base operária, que resultou na criação do chamado “*welfare state*”, ou seja, o estado de bem-estar social. Este pacto legitima o sindicato como os representantes da classe trabalhadora e torna-se elemento essencial do processo de discussões salariais, inclusive com direito à utilização da greve econômica. Pelo lado dos trabalhadores, o pacto exigiu um movimento sindical/trabalhista tendo por limite a ordem capitalista, através do reconhecimento e legitimidade dos capitalistas como detentores dos meios de produção e organizadores do processo produtivo.

Assim, o fordismo não se constituiu apenas enquanto um modo de organização do processo de trabalho, mas, significou, sobretudo, uma forma de organização da sociedade capitalista que implicou na inclusão social de grandes parcelas da população, até então marginalizadas do consumo e dos direitos de cidadania. E, conforme Filgueiras¹⁹,

[...] mais do que isso, o fordismo pode ser entendido, num sentido mais amplo, como um ‘novo modo de vida’, que extrapola os limites da fábrica, implicando na construção de um ‘novo homem’, adaptado às exigências e à disciplina do sistema fabril organizado na grande indústria.

A partir da segunda metade do século XX, inicia-se uma nova fase no processo produtivo capitalista: a automação. Com ela elimina-se o controle manual por parte do trabalhador, devido às técnicas eletrônicas introduzidas, permitindo desta forma a intervenção do trabalhador no processo, somente para fazer o controle e a supervisão.

Assim, no momento de destruição da produção artesanal, do surgimento da manufatura e, posteriormente, da grande indústria, num processo que culminou com a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, a regulamentação

¹⁸ FILGUEIRAS, 1997

¹⁹ *Ibidem*. Para entender esse “novo modo de vida” e “novo homem”, ver também: LEITE LOPES, J. S. **A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

existente e a interferência do Estado na vida econômica, dificultavam a “livre mobilidade do capital” e a “liberdade contratual”²⁰.

Trabalho na era da mundialização do Capital

No início dos anos 70, após um quarto de século de crescimento, iniciou-se uma profunda crise nas economias dos países capitalistas centrais, que se expressou, sobretudo, na aceleração das taxas de inflação, na perda de produtividade, na redução do crescimento, na elevação do déficit público e, principalmente, no aumento do desemprego. Evidencia-se, assim, o esgotamento do padrão de desenvolvimento capitalista, embasado no fordismo, que não se resume apenas à crise de um padrão de acumulação ou a uma crise de um padrão de organização da produção. Mostra a quebra do pacto social, caracterizado pela busca do “pleno emprego”, por uma estabilidade no trabalho, por amplas garantias sociais, enfim, a crise daquele novo “modo de vida”.

A concorrência intercapitalista leva à concentração e a centralização do capital, surgindo as grandes corporações industriais. A “grande indústria” transforma o mundo num grande mercado, disputado por gigantescas corporações, atuando nos mais diversos setores produtivos e submetendo outros países à lógica e à organização capitalista²¹.

Essa mesma concorrência ao buscar “mais-valia” adicional, faz com que inovações sejam incorporadas ao processo de produção, propiciando a redução do custo de reprodução da força de trabalho, fragilizando ainda mais a posição do trabalhador, ao alocar sua força de trabalho no mercado.

Dessa forma, tem-se que a reestruturação produtiva iniciada nos anos 70 e de mundialização a partir dos anos 80, sob a inspiração e hegemonia do grande capital transnacional, de instituições multilaterais e dos governos das grandes potências, se constituem numa resposta à crise do fordismo. O liberalismo ressurge como “neo” e chega ao poder em 1979 e 1980, na Inglaterra e nos EUA, respectivamente, e se apresenta como a ideologia mais adequada de sustentação e estímulo político desses movimentos do capitalismo contemporâneo.

Essa reestruturação produtiva, que diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho, evidencia a realização de grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia e

²⁰ Ibidem.

²¹ KON, 1994.

telecomunicações), a modernização de setores dinâmicos (automobilísticos, máquinas e equipamentos e petroquímica), além de mostrar o declínio de setores tradicionais (têxtil).

A formação de um novo paradigma tecnológico e organizacional, determinado pelas novas tecnologias e pelos novos métodos de gestão e organização do trabalho, altera sensivelmente o processo de trabalho, caracterizando um processo de “individualização do trabalhador” nas relações entre capital e trabalho.

Sobre o assunto, Reis²² refere-se a um “individualismo hierárquico” e que no plano produtivo, este individualismo consiste no abrandamento até o limite máximo dos laços institucionais entre as empresas e os trabalhadores, com ênfase ao trabalho precário, cuja ligação com a empresa passaria a ser mínima. No caso de uma maior ligação, como decorrência de tarefas que assim o justificasse, a negociação individual é que seria promovida.

Com isso, o desaparecimento dos postos de trabalho, constituídos no que se convencionou chamar de “desemprego estrutural”, eleva a massa de desempregados. Esse fato vai exercer uma maior pressão sobre o Estado, na busca de políticas sociais compensatórias, ao mesmo tempo em que o Estado, cada vez mais comprometido com os gastos financeiros, decorrentes dos elevados déficits orçamentários, é levado a cortar seus gastos e, em especial, os sociais.

Enfim, pelas ideias acima se denota que,

[...] a globalização da economia engendra um reordenamento no padrão de relacionamento internacional, magnificando os graus de dependência dos países que não dominam a atual matriz tecnológica e que perdem a condição de dirigir seu processo de industrialização e de desenvolvimento. A ponta de lança deste novo sistema produtivo acaba por ter suas escalas operacionais especializadas e intercomunicantes no âmbito mundial. E, nesse sentido pode ser visualizada como uma etapa do aprofundamento da internacionalização da economia mundial ao longo das décadas de 80 e 90, estreitamente associadas à expansão das empresas multinacionais.²³

LIBERDADE

O controle adverso²⁴

Com o correr dos séculos, trilhando caminhos desordenados, os homens construíram um mundo em que se acham totalmente livres de

²² REIS, 1991.

²³ BERNARDE, 1994.

²⁴ SKINNER, 1972. O autor é psicólogo e trabalha com teorias de comportamento humano.

muitas espécies de estímulos ameaçadores e prejudiciais [...] A fuga e o esquivamento passam a exercer um papel bem mais importante na luta pela liberdade, quando as condições adversas são produzidas por outras pessoas. Por isso, o feitor usa o chicote para obrigar o escravo a prosseguir no trabalho. Trabalhando, o escravo escapa do chicote e conseqüentemente reforça o comportamento do feitor em usá-lo.²⁵

Ainda conforme o pensamento de Skinner, de uma forma ou de outra, o controle adverso intencional é o padrão de quase todo o ajustamento social, na ética, na religião, no governo, na economia, na educação e na vida familiar. No entanto, pode-se fugir da escravidão, emigrar ou escapar de um governo, tornar-se apóstata da religião, matar aula, abandonar o lar ou renegar uma cultura tornando-se um vagabundo, um ermitão, etc.

Conceitualmente algumas teorias tradicionais definiram a liberdade como “a ausência de controle adverso”, outras, como “o estado de alguém que procede sob controle não adverso”, ou seja, “fazer o que se quer”. Segundo John Stuart Mill, “a liberdade consiste em fazer o que se deseja”²⁶.

Poder-se-ia então admitir que dependemos do mundo que nos cerca, e simplesmente modificamos a natureza da dependência. A luta do homem pela liberdade não se deve à vontade de ser livre, mas a certos processos de comportamento característicos do organismo humano, cujo principal efeito é evitar ou fugir dos chamados aspectos “adversos” do ambiente.

Assim para tornar o ambiente social tão livre quanto possível dos estímulos adversos, *não precisamos destruir esse ambiente, nem fugir dele; precisamos sim, replanejá-lo, modificando as espécies de controle a que os homens se acham submetidos.*

A concepção liberal de liberdade²⁷

Para um liberal, “liberdade é sinônimo de ausência de coerção ou constrangimento imposto por outrem”. Este é o conceito de *liberdade negativa* ou “*liberdade de*”. Ao afirmar que alguém é livre, o liberalismo entende como tal que ele pode escolher seus próprios objetivos, bem como os meios a serem utilizados para a

²⁵ Ibidem.

²⁶ MILL, 1991.

²⁷ IORIO, 1997. O autor é um economista liberal.

concretização desses objetivos; que ele não é compelido a agir de uma forma que não escolheria voluntariamente, ou, ainda, que ele não é impedido de agir, por imposição de outrem, seja por parte de outro indivíduo, de um grupo de indivíduos ou do Estado, do modo que preferiria.

Liberdade, assim entendida como ausência de coerção ou de constrangimento imposto por terceiros, significa o estabelecimento de um campo de atuação, dentro do qual o indivíduo – sujeito da liberdade – pode decidir sobre seus objetivos e sobre que meios de ação deseja empreender.

Evidentemente, a delimitação de sua área de atuação deve ser realizada por um conjunto de normas gerais de justa conduta, isto, de *leis*, cujo objetivo maior deve ser o de servir como salvaguardas da própria liberdade.

Dentro do conceito liberal, liberdade implica, necessariamente, uma complementação, que é a responsabilidade. Para Hayek, “liberdade não significa apenas que o indivíduo tenha tanto a oportunidade quanto as fronteiras de (sua) escolha; significa também, que ele deve carregar as consequências de suas ações e receber tanto prêmio quanto punição por elas. Liberdade e responsabilidade são inseparáveis”²⁸.

O pensamento liberal não se restringe apenas aos conceitos de liberdade, leis e responsabilidade. Estende-se à própria visão de Estado e ao conceito de felicidade humana. A concepção de Estado para o pensamento liberal, quanto à possibilidade de este proporcionar a máxima liberdade de escolha individual não é a forma de governo que a sociedade adota, mas sim a extensão do poder que se concede ao Estado. Daí a necessidade, segundo os liberais, de se estabelecerem mecanismos institucionais que assegurem a contenção do poder do Estado dentro de limites, além dos quais os direitos individuais básicos seriam agredidos.

Como escreveu Thomas Paine²⁹:

A sociedade é produzida por nossas carências, o Governo por nossa perversidade. A primeira promove positivamente nossa felicidade, unindo nossos afetos. O segundo negativamente, restringindo nossos vícios. A primeira estimula nossa interação, o outro cria distorções. A primeira protege, o segundo pune. A sociedade em qualquer dos seus estágios, é uma benção, ao passo que o governo, mesmo em sua melhor forma, não passa de um mal necessário, e na sua pior versão, um mal intolerável.

²⁸ HAUEK, 1983.

²⁹ PAINE, 1989 apud IORIO, 1997.

No que se refere à concepção da felicidade humana, o liberalismo rejeita a crença fundamentada no racionalismo construtivista³⁰, de que aqueles que fazem a lei e que detêm o poder têm o conhecimento necessário e suficiente para impor o seu conceito particular de felicidade aos outros.

O que é propriamente processo de libertação³¹

No seu sentido mais fundamental a liberdade não é nem a faculdade de poder escolher, nem a qualidade que o sujeito possui e dispõe, nem significa um estado de dependência ou desligamento. Liberdade não é algo no sujeito que possa ser definido. Ela só pode ser mostrada como fenômeno porque constitui o modo próprio de ser do homem-espírito. O modo de ser do homem-espírito não se apresenta como as coisas que simplesmente estão aí; nem se desenvolve organicamente como no modo dos seres vivos. O modo de ser do homem-espírito emerge sempre como uma totalidade e uma identidade interior, que subsiste nas mais diferentes relações em que o espírito possa se estabelecer.

Assim, sendo o homem um espírito encarnado e um ser no mundo, vive sempre situado dentro de sua própria corporalidade, de sua carga hereditária, de sua família, de seu ambiente social, da escala de valores de seu mundo, etc. A situação é o limite; dela depende.

Liberdade nestas circunstâncias significa independência ou “ser livre de”, isto é, com ausência de dependência disto ou daquilo. Não com uma independência total e sim relativa (a uma pessoa, a uma lei, a um negócio, etc.), pois ao contrário, não seria mais o homem ser-no-mundo.

A liberdade com autonomia ou “ser livre para”, mostra que o homem entra num mundo já decidido, feito e sempre por fazer, com um caminho percorrido e ainda por andar. Isto forma a determinação, ou a fatalidade (no sentido positivo) da pessoa.

Em seguida, emerge o vigor originário do homem espírito que se autodetermina em face da determinação em que se encontra, colocando uma determinação nova (sobredeterminação) ou assume, critica a determinação na qual está. Liberdade é, pois,

³⁰ A definição de uma ordem liberal está caracterizada pelos princípios que Karl Popper denominou de racionalismo crítico, contrapondo-se ao racionalismo construtivista.

³¹ BOFF, 1974.

“poder auto-realizar-se em si mesmo dentro de sua determinação existencial, social e política”.

A liberdade no pensamento popular³²

Diferentemente do ambiente no qual nasceram, nesse novo espaço, mais do que aprender a alterar as condições, estes homens e mulheres são levados a alterar o seu modo de ser, para se adaptarem e sobreviver.

Dos homens de rua:

“A liberdade é ficar livre do jeito que a gente quer ficar. É ter uma casa sem telhado, sem porta e sem janela porque não tem parede”. Ou ainda:

“A liberdade para mim, acho que é viver. A liberdade está na vida da pessoa em si, de ele se sentir bem aonde (sic) ele estiver, onde chegar e não se sentir olhado”³³.

“Sinto liberdade em espírito, mesmo atrás das grades. É por isso (referindo-se ao projeto Drama)³⁴, que digo que estou livre. Embora na cadeia, parece que estou em outro ambiente”³⁵.

SÍNTESE

Das abordagens filosóficas delineadas pelos autores, quanto à concepção de liberdade, têm-se que as bases apresentadas para a análise do “Controle Adverso”, evidenciam que são os processos de comportamento característicos do organismo humano, portanto fisiológicos, e não a vontade de ser livre, é que levam os homens a evitar, destruir ou fugir dos chamados aspectos adversos do ambiente social. E, que o ponto central, está não na fuga ou destruição deste ambiente e sim no replanejá-lo, modificando as espécies de controle a que os homens se acham submetidos.

Para um liberal, a ausência de coerção e constrangimento imposto por terceiros, permite a escolha, pelo indivíduo (qualificado como sujeito da liberdade), decidir sobre

³² ALVES, 1994.

³³ Ibidem.

³⁴ De um detento participante do projeto “Drama: um processo de aprendizado através do teatro”. O programa é desenvolvido pelo Grupo de Ação Artística Comunitária – ACADEC, uma ONG, que leva, por meio da dramatização, elementos educacionais, criativos e recreativos aos presídios.

³⁵ Cf. Jornal A Tribuna. Liberdade mesmo detrás das grades. Campinas. 07/12/97.

seus objetivos e sobre que meios de ação deseja empreender, assumindo, no entanto, total responsabilidade, a partir de um conjunto de normas gerais de justa conduta; contempla o Estado dentro de limites determinados e realça a relação entre pessoas, ou seja, a sociedade, como fundamento para a felicidade humana.

Com relação ao pensamento contido no “Processo de Libertação”, este contesta tanto a faculdade de se poder escolher e decidir, quanto a qualidade que o sujeito possui e dispõe, bem como o estado de dependência ou desligamento desse sujeito. Na busca de independência e autonomia e diante da determinação em que se encontra, liberdade é poder auto-realizar-se em si mesmo dentro de sua determinação existencial, social e política.

Com relação ao homem de rua, seu pensamento por si só é sintético.

TRABALHO E LIBERDADE

Com o pecado original, citado na introdução como epígrafe desse artigo, o homem teve a primeira determinação imposta pelo “*Supremo Senhor*”, e implícita nela encontram-se o trabalho e a liberdade. A partir de então, todas as sociedades defrontaram-se, mesmo que inconscientemente, com essa dicotomia.

As sociedades tribais são normalmente retratadas como o paradigma da felicidade humana. Como que um retorno ao Paraíso, de antes da tentação de Adão e Eva. O trabalho solidário e coletivo, tal como na solidariedade mecânica em Durkheim e seu relacionamento com a natureza resgatam e reforçam os elementos dessa sociedade com todo o meio ambiente em que vivem. Assim, parece-nos como o expressar do homem de rua da “selva de pedra”: é ter uma casa sem telhado, sem porta, sem janela, porque não tem parede.

Mas se o homem sai dessa condição, em busca de uma evolução social³⁶ mostramos a possibilidade de um ambiente social, onde muitos tinham que se submeterem às mais evidentes formas de controle, em especial de ordem religiosa e política, que os levaram a lutar por uma liberdade e, conseqüentemente, felicidade, sintetizada em suas transformações. No entanto, sem que nos seja possível afirmar que todo esse movimento se deu por “fuga”, por “escolha” ou para poder “auto-realizar-se”.

³⁶ Da sociologia, é o processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade, de suas formas e instituições ou das suas funções culturais.

Nesse sentido, as formas de controle com base na divisão sexual do trabalho, por exemplo, reafirmam a fragilidade feminina, diante desse processo histórico socialmente construído. Nas palavras de Offe:

A contingência prática da força de trabalho em relação aos contextos de sua utilização e reprodução é sem dúvida uma conquista liberal-burguesa, cujo significado válido, embora limitado, é *extraordinariamente ilustrado tanto pelo antigo quanto pelo novo movimento de emancipação feminina com relação ao regime patriarcal*, através do acesso livre e igual ao mercado de trabalho.³⁷

Isso posto, será a Escravidão, que surge da desagregação da primitiva sociedade tribal, o marco referencial deste artigo, uma vez que o escravo ao se constituir como uma mercadoria, não tendo nem mesmo a propriedade de seu próprio corpo, estigmatiza e sintetiza, a expressão maior da “não liberdade”. Esta “não liberdade” se materializa simbolizada nas *correntes de ferro*, que agora, os “*senhores*”, simplesmente “*senhores*”, impingiam nas mãos, nos pés e no pescoço de seus escravos. Mas, a eles, ainda restava a *consciência*.

Conforme Boff, sendo o homem livre para assumir a sua própria determinação e nela se autorrealizar, traz consigo a possibilidade de converter o estranho em algo próprio, a possibilidade de aceitar... uma vez que essa determinação não está orientada às coisas, mas, às pessoas. Somente protesta quando se compreende a si mesmo. Nesse sentido, refletindo ainda com Boff, o escravo é livre a partir do momento em que assumiu livremente ser escravo. Ele só é escravo porque não assume livremente sua determinação que é caracterizada pela ausência de independência. Embora não sendo *livre de*, pode ser *livre para*³⁸.

Em contraposição à possibilidade de “liberdade para”, o pensamento liberal afirma que esse conceito de liberdade nada mais é que uma simples manipulação com as definições de homem e liberdade, com o objetivo de que venha a servir aos interesses, na maioria das vezes, escusos e simples instrumentos da vontade de poder, do manipulador ou do grupo manipulador da verdadeira liberdade dos indivíduos³⁹.

A decadência da Escravidão, como modo de produção⁴⁰, transforma as relações de trabalho, estruturando uma nova sociedade, a feudal, onde os servos começam a não mais ter as *correntes de ferro* presas ao seu corpo. Diferentemente da escravidão, a

³⁷ OFFE, 1989, grifo do autor.

³⁸ BOFF, 1974.

³⁹ IÓRIO, 1997.

⁴⁰ Obviamente, a escravidão reaparece sob outras formas, em vários outros momentos da história.

servidão feudal também assumiu um grau de reciprocidade e ajuda paternal por parte do senhor, e a carência a aproximava ainda mais da Igreja.

Mas, essa nova organização social, mesmo consideradas as diferenças, pressupõe ainda um ambiente social não livre. A estória nos mostra, como Hobbin Wood, procurou replanejá-la, modificando as espécies de controle a que os homens encontravam-se submetidos. Ou ainda, questionando a extensão do poder dado, agora, aos “*senhores feudais*” e do próprio corporativismo instituído, aqueles que faziam as leis e detinham o poder não tinham o conhecimento suficiente ou, provavelmente o interesse, da efetiva busca da felicidade do povo. Assim, esse povo procurou se libertar, para auto-realizar-se dentro daquela determinação existencial, social e política.

Do cercamento das terras, da expropriação dos camponeses e servos, do tráfico de escravos africanos e da exploração das colônias, resulta o processo histórico social de separação entre “produtor” e “meios de produção”, caracterizando-se assim, o trabalho alienado.

Nesse momento, já totalmente sem as *correntes de ferro*, o homem assume o trabalho, mas com o caráter de algo forçado, quando a felicidade se traduz e se constitui apenas em sobrevivência, decidida até então, na Idade Média, não pelo contrato de trabalho, mas pela família, pela Igreja e pelo senhor.

Ao se considerar a liberdade como ‘auto-realizar-se a si mesmo’ dentro de sua determinação existencial, social e política, tem-se que o referido trabalho alienado, conforme visto em Marx, expresso na propriedade privada dos meios de produção, se dá em decorrência da venda da força de trabalho pelo assalariado e pela apropriação do produto do trabalho pelo capitalista. Esse mesmo capitalista que ao definir e organizar o trabalho a ser feito pelo operário retira do homem trabalhador, sua autonomia e independência, e bem como já citada, a própria capacidade de projetar seu ato criador, uma das características essenciais que diferencia o homem do animal. Nesse momento, este homem, aparentemente, retoma a *propriedade de seu corpo*, mas começa a entregar a sua *consciência*.

Marx, ao propor a superação do trabalho alienado, não exclusivamente pela tomada de consciência, mas, principalmente, através de um ato transformador das condições históricas, pressupõe uma sociedade, onde impere a propriedade coletiva dos meios de produção e a gestão da economia sendo exercida pelo conjunto dos produtores. Nessas condições, segundo ele, o homem se reencontraria com sua essência e orientaria

seu trabalho criador. Marx propõe então uma determinação nova, ou seja, uma sobredeterminação, frente à determinação em que o homem se encontrava.

No interior do mercado, como enfatiza Esping-Andersen, o dogma liberal aparece justificado: o trabalhador pode escolher livremente entre utilidades alternativas, empregos, padrões e lazer. Mas, Marx, Polanyi e, mais recentemente, Lindblom, são perfeitos em suas argumentações o que nos permitiria inferir que essa escolha evidencia uma liberdade atrás dos muros da prisão e, portanto, fictícia. Trabalhadores não são mercadorias como outras porque eles devem sobreviver e reproduzir tanto para eles mesmos quanto para a sociedade em que vivem.

Nesse sentido, ainda de acordo com Esping-Andersen⁴¹,

[...] não deveríamos confundir a sociedade pré-capitalista com a ausência da forma de mercadoria. A agricultura feudal produzia uma safra, e as cidades medievais eram engajadas na produção e na troca de mercadoria. A economia feudal ou absolutista exigia a taxaço que, em contra partida, exigia a compra de mercadorias. Era a forma de mercadoria de trabalho que não era desenvolvida.

Para os teóricos marxistas, o trabalho, com o caráter solidário e coletivo, foi encontrado somente na sociedade primitiva, enquanto que o trabalho alienado perpassa pelas sociedades escravista, feudal e capitalista⁴².

Segundo Offe, “a indeterminação de combinações no mercado de trabalho, a relação contingente entre trabalhador e emprego garantem não só uma liberdade formal (embora de fato sempre limitada) aos vendedores da força de trabalho como também uma liberdade de escolha para a demanda no mercado”⁴³. Mas, essa situação somente beneficia a eficiência do processo de produção. Essa dimensão da liberdade de escolha, conclui Offe, não poderá no futuro ser preservada ou garantida no mercado de trabalho. Isso porque a inserção de tecnologias emergentes nos setores produtivos, que por sua vez deslocam os recursos humanos para fora da empresa, nos remete a um novo paradigma: o da competitividade do trabalho.

As consequências constatadas no processo engendrado neste novo paradigma são segundo Baptista e Silva: “a diminuição dos níveis gerenciais, exigindo dos que

⁴¹ ESPING-ANDEREN, 1993.

⁴² Nesse sentido ver “Solidariedade Mecânica e Orgânica” em Durkheim. E. (1995). Para ele, a divisão social do trabalho deve surgir como um mecanismo que cria consciência comum, o sentimento do nós e da identidade social.

⁴³ OFFE. op. cit.

ficam na empresa uma polivalência⁴⁴ jamais experimentada em outros tempos, em termos profissionais” e “a exigência do enriquecimento em termos de formação do recurso humano, sendo necessário recorrer a cursos formais de formação profissional: mestrado, MBA, doutorado, doutorado profissionalizante”⁴⁵.

Do ponto de vista do indivíduo, os efeitos deste processo seria a caracterização de uma flexibilidade adquirida ao longo de sua vida profissional. Seria a generalização do processo delineado pelas empresas japonesas, que no Brasil, tem sido estudado e é sustentado, pelo conceito de enriquecimento de cargos⁴⁶.

Do ponto de vista do capital, o processo de trabalho flexível conduziria a uma minimalização das estruturas hierárquicas e administrativas, atenuando os níveis gerenciais do trabalho, implicando na necessidade de uma força de trabalho também flexível, mais qualificada, que geraria maior mobilidade das funções e a polivalência do trabalhador, ao alocá-lo em diferentes tarefas.

O resultado se traduziria em um tipo de trabalhador com maior iniciativa e maior capacitação do que a do trabalhador fordista, em particular àqueles pertencentes ao núcleo central da mão-de-obra da empresa, que torna dispensável algumas de suas funções de gerência e controle exercidas pelos níveis hierárquicos intermediários, anteriormente existentes⁴⁷.

Assim, no âmbito do mercado de trabalho, a busca da flexibilidade passa a exigir a “livre contratação” entre capital e trabalho, sem nenhum tipo de restrição e a exigir também a “livre negociação”, sem intervenção e regulamentação por parte do Estado, ou seja, para o capital, total liberdade de movimento, contratação e exploração da força de trabalho.

Entretanto, como sugere Forrestier, essa flexibilidade trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores. Ele, assalariado, deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho. Mas, contra a certeza de ser jogado “de um emprego para o outro”, ele terá uma “garantia *razoável*” quer dizer nenhuma garantia “de encontrar um emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual”. Tudo isso transborda de bons sentimentos, mas ser jogado assim de pequenos empregos para empregos pequenos não

⁴⁴ Esta polivalência é traduzida nos dias atuais, essencialmente, no ‘acúmulo das funções’, sem o devido ‘enriquecimento de cargos’.

⁴⁵ BAPTISTA; SILVA, 1997.

⁴⁶ FLEURY; VARGAS, 1983.

⁴⁷ FILGUEIRAS, op. cit.

tem nada de novo, e quanto às “garantias *razoáveis*”, suspeita-se que elas serão consideradas cada vez mais “não razoáveis” e não existentes⁴⁸.

O capitalismo, portanto, pela ação de suas empresas e seus agentes, modeliza as utopias pessoais sob a sua lógica de dominação e lucro. Ele atua no inconsciente e move o desejo, a angústia e o medo das pessoas; altera a *sensibilidade* que é modelada sob a lógica do capital e o desejo de alteridade⁴⁹ é modelizado para o consumo dos produtos, para a posse de objetos, ficando as relações coisificadas. Ele também modeliza a subjetividade, ou cria, como exemplos, padrões de belo e feio, o que confere status ou não; mutila a sensibilidade das pessoas frente ao sofrimento alheio, frente a morte, desumanizando-as. Ele ainda altera a noção de justo e injusto, responsabilizando cada pessoa por sua exclusão, escondendo-lhe as causas estruturais deste processo⁵⁰.

Nesse contexto, constata-se sim que o processo de mudanças nas relações capital-trabalho, impacta e muito profundamente em grande parcela da população, provocando desemprego e acelerando a constituição das mais variadas formas de precarização do trabalho, atingindo o elemento fundamental que estrutura a vida das pessoas, ou seja, o próprio emprego.

Enfim, a renda, enquanto remuneração do trabalho passa a definir o padrão e o nível de liberdade e felicidade, traduzida nos dias de hoje, no status do consumismo de bens cada vez mais sofisticados e símbolos de poder. É ela que inclui ou exclui o indivíduo, mas de forma alguma é garantida pelo mercado. Portanto, o trabalhador depende agora não mais dos senhores anteriores, e sim, de sua majestade o “*senhor capital*”, ao qual o indivíduo, o trabalhador subjugado, é agora prisioneiro, agrilhado não mais com *correntes de ferro* e sim, com *grilhões de ouro*, ansioso, desesperado e até mesmo disposto a pagar, para que esse novo senhor o escolha para explorá-lo.

Referências

- ALVES, M. M. **Os vínculos afetivos e familiares dos homens de rua**. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 1994.
- BAPTISTA, L. A. O trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Bragança Paulista, v. 3, p. 1-172, 1998.

⁴⁸ FORRESTIER, 1997.

⁴⁹ É a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende de outros indivíduos.

⁵⁰ MANCE, 1998.

- BAPTISTA, L. A.; SILVA, R, S. A eficácia de uma proposta. Uma abordagem científica para um caso real. **Cadernos da FACECA-PUC**, Campinas, v. 6, n. 2, jul./dez, 1997.
- BERNARDES, R. **Trabalho e centralidade de uma categoria analítica**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1994.
- BÍBLIA SAGRADA. O Antigo e o Novo Testamento, Gênesis, 3, 17-19, São Paulo: Novo Brasil Editora.
- BOFF, L. O que é propriamente Processo de Libertação – Teologia da Libertação. In: O Grande Sinal. **Revista de Espiritualidade Positiva**, Petrópolis, Ano 28, mai.1974.
- CASTRO, E. **Do castanhal à fábrica: divisão sexual do trabalho e persistência de padrões tecnológicos numa sociedade em mudança**. São Paulo: Mímeo, 1988.
- DURKHEIN, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- FILGUEIRAS, L. A. M. A desestruturação do mundo do trabalho e o mal-estar desse fim de século. **Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social**, Salvador, n. 171, 1997.
- FLEURY, A. C. C.; VARGAS, N. **Organização do trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 1983.
- FREYSSINET, M. Quelques pistes nouvelles de conceptualisation du travail. **Sociologia du travail**, HS/94, 1994.
- HAYEK, F. A. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: UNB, 1983.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- IÓRIO, U. J. **Economia e liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- LIBERDADE mesmo detrás das grades de uma prisão. **Jornal a Tribuna**, Campinas, 7 dez. 1997.
- LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.
- MANCINI, E. A. **Globalitarismo e Subjetividade – Algumas considerações sobre ética e liberdade**. Conferência no Instituto de Formação Docente, Salto, Uruguai, 1998.
- MARX, K. **O Capital**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1958.
- _____. A assim chamada acumulação Primitiva. In: _____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas, II).
- MILL, J. S. **Sobre a liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- OFFE, C. O futuro do mercado de trabalho. In: AUTOR. **Capitalismo desorganizado**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- PAINE, T. **Os direitos do homem**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- WEBER, M. O espírito do capitalismo. In: _____. **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1965.
- REIS, J. Recriar a solidariedade e repensar o trabalho: dois temas para a viragem do século. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 32, jun. 1991.
- SANDRONI, P. (Consultor) **Dicionário de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- SKINNER, B. F. **O mito da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1972.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Editora Atlas, 1983. (Coleção os Economistas).
- TOMAZI, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.